

ESCOLA AFRO-BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MARIA FELIPA PARA A PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Anthony's Hammett Campos Nascimento¹

Auxiliadora Maria Martins da Silva²

RESUMO

O trabalho analisa o Projeto Político Pedagógico da Escola Maria Felipa, reconhecida como a primeira escola afro-brasileira pelo Ministério da Educação do Brasil, com o objetivo de promover uma educação antirracista e valorizar a cultura afro-brasileira. A pesquisa destaca a importância da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, e discute como a escola busca desconstruir a visão eurocêntrica predominante na educação, implementando práticas pedagógicas que valorizam a ancestralidade e a identidade negra. A metodologia utilizada é qualitativa, com análise documental do Projeto Político Pedagógico e das propostas pedagógicas da escola para as turmas de Educação Infantil, evidenciando a necessidade de uma educação que respeite e valorize a diversidade étnico-racial desde a infância. Os resultados mostram que a Escola Maria Felipa se compromete com a formação de crianças críticas e conscientes de sua identidade, promovendo um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.

Palavras-chave: Educação Antirracista; Educação Infantil; Escola Afro-Brasileira; Diversidade Étnico-Racial; Projeto Político Pedagógico.

Avaliadora Externa: Catarina Cerqueira de Freitas Santos³

¹ Concluinte de Pedagogia - Centro de Educação - UFPE. anthony's.nascimento@ufpe.br - Turma 2020.1.

² Professora Associada ao Departamento de Ensino e Currículo - Centro de Educação - UFPE. auxiliadora.martins@ufpe.br

³ Professora Associada ao Departamento de Política e Gestão da Educação - Centro de Educação - UFPE. catarina.csantos@ufpe.br

INTRODUÇÃO

O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano, sendo essa parcela também responsável pela formação e construção da sociedade e não apenas uma consequência do colonialismo europeu, como muito enfatizado em nossa sociedade. Assim, o povo negro foi retratado, em diversos âmbitos sociais e interações, sempre servil e silencioso, como seres decorativos inseridos dentro da vida cotidiana dos brancos, sendo enraizado e reforçado em nossa sociedade, o silenciamento e a subserviência como algo natural das pessoas negras e não como uma condição consequente da escravização.

Destarte, a Lei 10.639/03 surge como uma urgência de recontar a história da população negra como protagonistas na construção da sociedade brasileira, tornando-se obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas públicas e privadas, sendo incluso no conteúdo programático o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política na história da sociedade brasileira (BRASIL, 2003).

Diante disso, também podemos pensar na escola como um espaço que ofereça a possibilidade de promover a autoestima e a valorização da ancestralidade das pessoas negras, na qual o primeiro contato com a história do seu povo não seja apenas diretamente ligada ao processo de escravização e marginalização. Contudo, por estar fincada estruturalmente em nossa sociedade, a ótica eurocêntrica se destaca e segue perpetuando esse eurocentrismo dentro de diversas escolas brasileiras. Portanto, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, para que haja mudanças é necessário, primeiramente, existir reconhecimento e reconhecer exige:

[...] a valorização e respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana (BRASIL, 2004, pág. 12).

Surgindo como a primeira escola afro-brasileira reconhecida pelo Ministério da Educação do Brasil, a Escola Maria Felipa tem como maior propósito o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira. Por conseguinte, esse trabalho emerge a partir da descoberta - através de uma formação sobre Educação Antirracista ministrada pela Psicopedagoga e Consultora de Educação Antirracista, Clarissa Brito, da proposta oferecida pela Escola Maria Felipa, da necessidade de valorização e do reconhecimento da cultura afro-brasileira e do impacto significativo que isso causaria em nossa formação escolar.

Ao nos depararmos com a Escola Maria Felipa, foi possível encontrar estudos que discutem diretamente o ensino de história na escola a partir de uma perspectiva decolonial (AMORIM, 2023), outros dois trabalhos que debatem sobre os fundamentos decoloniais que baseiam o currículo adotado pela escola (PASSOS e PINHEIROS, 2021; OLIVEIRA, 2023), uma outra pesquisa que aborda sobre o modelo de gestão afrocentrado encontrado na instituição (BARRETTO et al., 2021) e, por fim, um ensaio que trata sobre metodologias de danças afrocentradas analisando aulas de dança para as crianças entre 3 e 5 anos na Escola Maria Felipa (CUNHA, 2022).

A partir disso, essa pesquisa visa responder o seguinte questionamento: quais os princípios educativos assumidos pela Escola Maria Felipa que a caracteriza como uma escola afro-brasileira e antirracista? Portanto, o seguinte trabalho tem como objetivo identificar as propostas pedagógicas previstas no Projeto Político Pedagógico da escola para a promoção de uma Educação Antirracista. Além disso, possui como objetivos específicos identificar a proposta pedagógica da escola para turmas da Educação Infantil e analisar se os princípios educativos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana figuram e são aplicados no Projeto Político Pedagógico da Escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

É inegável que, ao refletirmos sobre a história da construção da sociedade brasileira, mesmo após tantos anos, a população negra do país ainda enfrenta grandes dificuldades de oportunidades e segue na luta para alcançar a igualdade racial. O imaginário popular do sujeito negro no Brasil ainda é carregado de

exclusão, estereótipos e apagamento da sua contribuição direta na formação da sociedade brasileira. Contudo, Nascimento aponta:

O escravo negro, assim como o negro atual, não participou da formação social do Brasil só com seu trabalho, com seu sofrimento, ele participou também da mesa, da cama, do pensamento e das lutas políticas do colonizador e de seus pensamentos. Para todo lado que o branco olhar, irá se deparar com o espectro daquele que ele escravizou e que corrompeu (NASCIMENTO, 2021, p. 48).

Sendo assim, negros e negras brasileiros ainda permanecem ocupando a base da pirâmide social, enfrentando as condições mais adversas, com poucas oportunidades de ascender socialmente, acessar e permanecer nas instituições educacionais, ter projetos de moradia, trabalho, entre outros (CAVALLEIRO, 2020). Em vista disso, os vestígios da democracia racial, fortemente propagada no século 20, ainda perpetuam minuciosamente no Brasil, na qual a nossa sociedade acredita que vivemos em um país em que todos nós usufruímos da igualdade plena independentemente da sua raça, cor ou etnia.

Diante disso, Cavalleiro pontua:

Essa ideologia, embora se tenha fundamentado nos primórdios da colonização e tenha servido para proporcionar a toda a sociedade brasileira o orgulho de ser vista no mundo inteiro como sociedade pacífica, persiste fortemente na atualidade, mantendo os conflitos étnicos fora do palco das discussões. Embora ainda exerça muita influência na sociedade, pouco contribui para melhorar concretamente a situação dos negros. Representa uma falácia que serve para encobrir as práticas racistas existentes no território nacional e isentar o grupo branco de uma reflexão sobre si mesmo (CAVALLEIRO, 2020, p. 28-29).

Logo, essa ideia de democracia racial disfarça a hegemonia branca brasileira e fortalece uma ideologia racista, principalmente de modo velado e estrutural. Consequentemente, o racismo no Brasil não é tão evidente, diferentemente de outras nações, como os Estados Unidos ou a África do Sul. O racismo no território brasileiro é mais complexo e particular, porque ele se consolida por meio da sua negação constante, mas que se perdura no sistema de valores que dominam a idiossincrasia da nossa sociedade.

Por isso, é necessário construir-se uma política educacional que contemple a história e a real situação enfrentada pelo povo negro e que também não desconsidere a ambiguidade do racismo brasileiro, para que se possa compreendê-lo, desvelá-lo e combatê-lo (GOMES, 2000).

Dessa forma, em 2003, surge a Lei 10.639/03 na qual se torna obrigatório o ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e privadas de educação básica. A justificativa para a necessidade da sua sanção perpassa por motivos históricos, políticos, sociais e educacionais, simbolizando um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a transformação da educação brasileira, resgatando o reconhecimento do povo negro, sua cultura, sua identidade, sua ancestralidade e suas contribuições para a formação da nossa sociedade.

A escola possui um papel fundamental para descentralizar a visão eurocêntrica e, pautada pela Lei 10.639/03, a Educação Antirracista é um caminho para as instituições construírem um espaço seguro, acolhedor, que integra e valoriza a população negra e a cultura afro-brasileira e africana. De acordo com Gomes (2000), o Brasil é um país que não se resume apenas às desigualdades socioeconômicas, mas também é marcado por uma diversidade cultural e racial e que não podemos desconsiderar a importância das diferenças étnico-raciais nas condições de vida e história do povo brasileiro.

Essa visão não implica em uma exclusão da história etnocêntrica, como destacado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana:

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (BRASIL, 2004, pág. 17).

Com isso, as escolas, ao pensarem em uma Educação Antirracista, precisam considerar as diversidades presentes na vida escolar e manter um ciclo constante de pensar e repensar o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade diversa (GOMES, 2000). Pois, inserida dentro de um contexto social em que as diferenças raciais significam desigualdade e desvalorização, a escola que opta por neutralizar e silenciar, estará reforçando que ao seguir por esse caminho de silêncio, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo (CAVALLEIRO, 2020) para uns (população, cultura e história afro-brasileira e africana) e superioridade e valorização apenas para outros (cultura e população eurocêntrica).

Assim, no dia a dia escolar, a Educação Antirracista busca pela erradicação do preconceito, das discriminações e tratamentos diferenciados para o povo negro, criticando e banindo todos os estereótipos presentes nos meios de comunicação, no

material didático e de apoio, no currículo, nas práticas pedagógicas, nas relações educacionais e diversos outros meios que reforcem tais pensamentos na comunidade escolar. Por fim, almeja a valorização da igualdade nas relações e possibilitar aos indivíduos atingidos pelo preconceito racial, discriminação e racismo estrutural, uma reconquista de reconhecimento e uma identidade positiva, dotada de amor e orgulho próprio (CAVALLEIRO, 2001).

2. EDUCAÇÃO INFANTIL E CONCEPÇÃO DE CRIANÇA

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e é de suma importância para os primeiros anos de vida do sujeito e para a formação de bases, que serão essenciais para o ser humano ao longo de sua vida. Assim, oferecida na esfera pública e privada em creches e pré-escolas, espaços institucionais direcionados para o cuidado e educação de crianças de 0 a 5 anos, essa fase educacional é fundamental para uma aprendizagem e desenvolvimento infantil integral e de qualidade. Dessa maneira, além de regular e supervisionar, o Estado deve comprometer-se em garantir uma Educação Infantil pública, gratuita, de qualidade e sem requisito de seleção (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, é primordial compreender a criança como um ser com direitos e também protagonistas do seu processo de desenvolvimento. Portanto, a criança é um:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, pág. 12).

Assim, a criança é um ser social que possui sua história, que pertence a uma classe social, que estabelece conexões com o que é vivenciado em sua realidade cotidiana, que ocupa um espaço geográfico e que tem uma linguagem própria. Portanto, são pessoas inseridas em toda uma esfera sociocultural e econômica e que acarreta em padrões, costumes e linguagens. Logo, de acordo com Kramer (1999), é preciso atuar em possibilitar o seu desenvolvimento e aprendizagem por meio do reconhecimento dos saberes e interesses das crianças oferecendo atividades significativas, na qual as crianças e os educadores possam ter experiências culturais diversas em diferentes espaços de socialização.

Além disso, é importante reconhecer a singularidade da infância e a capacidade das crianças de imaginar, de criar, de fantasiar, de experimentar, de pensar e entre outros, para que exista uma descentralização da visão adultocêntrica das instituições sobre a criança. Como sintetizado por Kishimoto e Pinazza (2007), na concepção de educação pensada por Froebel (2007), o autor afirma que devemos observar as crianças porque elas podem nos ensinar o que fazer. Desse modo, para ele, devemos observar as crianças para então desenvolver uma pedagogia baseada no que foi observado, visando assim um processo educativo e não uma preparação para as etapas educativas posteriores.

Sendo assim, compreender as crianças pode nos levar a compreender, a partir de outra perspectiva, a nossa época, a nossa cultura, as crueldades da nossa sociedade e as possibilidades de transformação (KRAMER, 1999). Para isso, as crianças precisam criar, construir, desconstruir, explorar materiais diversos, elementos da natureza, diferentes objetos, brinquedos, livros, revistas, discos, tecidos, entre outros, visando uma experiência de diferentes culturas, histórias, artes, costumes e perspectivas.

Logo, é crucial refletir sobre o modelo pedagógico adotado nas instituições, pois segundo Oliveira-Formosinho (2007), tal escolha pode tornar-se um dificultador ou facilitador do processo de ensino-aprendizagem das crianças e dos educadores. Diante disso, as escolas de Educação Infantil precisam construir seu Projeto Político Pedagógico precisamente estruturado e alinhado com essa concepção de criança, porque a sua proposta pedagógica é o documento orientador das ações da instituição e que define objetivos que se pretende alcançar de aprendizagem e desenvolvimento infantil dos sujeitos que são cuidados e educados nessas instituições (BRASIL, 2010).

3. A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Diante dos pontos expostos, é também possível destacar algumas ideias apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Como, por exemplo, as propostas pedagógicas da Educação Infantil devem respeitar três princípios: éticos, políticos e estéticos. Nesses princípios são ressaltados, dentre vários pontos, a importância do respeito ao bem comum, às diferentes culturas, identidades, singularidades e manifestações artísticas (BRASIL, 2010).

Além disso, o mesmo documento reforça o compromisso que as instituições devem ter para cumprir a função sociopolítica e pedagógica da Educação Infantil. Diante o exposto, aponta que será garantido:

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnicoracial, de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2010, pág. 17).

Dessa maneira, as propostas pedagógicas da Educação Infantil, nas instituições de ensino, precisam ter como principal objetivo a garantia ao acesso a processos de apropriação, articulação e renovação de conhecimentos e aprendizagens em diversas linguagens, como também o direito à proteção, à saúde, à liberdade, ao respeito, à brincadeira, à dignidade, à convivência e à interação com outras crianças. Logo, visando à concretização desses objetivos, deve-se também assegurar “a *apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América*” (BRASIL, 2010, pág. 20) e ainda “o *reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação*” (BRASIL, 2010, pág. 21).

Apesar de presente nas diretrizes curriculares dessa etapa educacional, é possível perceber as dificuldades de elas serem colocadas em prática e evidencia a urgência de uma perspectiva antirracista mesmo com crianças pequenas, pois como exposto por Cavalleiro (2020), na sua relação diária com crianças de quatro a seis anos, já era possível identificar crianças negras com percepções negativas sobre a sua própria identidade. Diante disso, é preciso nomear a existência do racismo nesse período educacional e por mais que sejam crianças muito pequenas, tristemente, elas não são blindadas do preconceito racial durante seu processo de socialização em uma das etapas mais fundamentais do desenvolvimento humano.

Assim, ao admitir a presença do racismo no cotidiano escolar na vida de crianças pequenas pode ser considerado um manifesto ao olhar para com as nossas crianças negras, como convivemos e conversamos com elas (NUNES, 2021). Além disso, ainda de acordo com Nunes:

Admitir que o racismo também incide na vida das crianças muito pequenas, afetando suas experiências de socialização é um importante contributo da luta antirracista e pode ajudar-nos a compreender porque é importante, desde os espaços de educação infantil, a inclusão de

materiais e conteúdos que versem sobre a história, cultura e ciência africana e afro-brasileira (NUNES, 2021, pág. 67).

É preciso refletir também que em uma sociedade que supervaloriza aquilo que o adulto sente e pensa, ouvir as crianças sem, de fato, considerá-las e dar a devida importância para o que falam, reduz esse ato em uma ação ineficaz. Logo, enfatizamos a relevância na escuta de crianças negras, pois quando conseguirmos alcançá-las consequentemente nos mostrará que estamos construindo um caminho para ouvir as crianças que inclui diferentes grupos sociais do Brasil (NUNES, 2021). Uma escuta ativa para essas crianças é um reflexo de afetividade no espaço escolar, que ainda é frequentemente carente, principalmente, para as crianças negras.

As crianças negras precisam ser vistas representadas de maneira humanizada na escola, para que possam se ver e serem vistas como sujeitos pertencentes à nossa sociedade. Desse modo, uma representação significativa e difundida de maneira diversa, propicia a essas pessoas possibilidades de sonho, vida, criação, imaginação e invenção. Então, Nunes (2021), afirma que também proporciona um confronto da percepção da branquitude que predomina e compactua, conscientemente ou inconscientemente, com os problemas sociais presentes em nossa sociedade. Assim, convocando todos os sujeitos sociais e educativos para refletir e buscar mudanças para a comunidade de pertencimento dessas crianças.

Ainda há caminhos a serem seguidos, refletidos e observados para que o racismo seja combatido efetivamente desde o início da trajetória escolar das crianças e também caminhos práticos para uma educação que promova reconhecimento, valorização e escuta do povo negro em nossa sociedade. Visando esse propósito na Educação Infantil, faz – se necessária a implementação de uma Educação Antirracista que busca um cotidiano escolar que respeite e valorize, não apenas em discurso mas também nas práticas, as diferenças raciais (CAVALLEIRO, 2020).

4. REFLEXÕES SOBRE CURRÍCULO E DIVERSIDADE

O currículo é um documento que não apenas nos fornece uma lista de conteúdos a serem trabalhados nas escolas, ele também possui uma finalidade política, histórica e social, porque envolve uma relação entre sujeitos em sua produção de conhecimento. Dessa maneira, o currículo pode também ser entendido

como uma ferramenta de poder, pois é nele que se realizam as noções de conhecimento, as formas de organização da sociedade e os diferentes grupos sociais (GOMES, 2007).

Portanto, é a partir dessa concepção de currículo, que será afirmado quais conhecimentos são legítimos, o que é “certo” ou “errado”, o que é moral ou imoral e assim por diante. Logo, de acordo com Gomes (2007), o currículo não deve limitar-se apenas a ideias e subjetividade, ele necessita ser concreto para que faça sentido para um sujeito concreto. Então, enquanto educadores, devemos questionar quando, por exemplo, uma cultura em um currículo é exaltada e tida como único modelo, enquanto as diversas outras são desvalorizadas e excluídas. Assim, diante das diversidades culturais e diversas identidades inseridas no ambiente escolar, precisamos de práticas pedagógicas que aproximem e valorizem essas diferenças.

A diversidade pode ser entendida como uma construção sociocultural das diferenças, mas que não se restringe apenas às diferenças biológicas. Assim sendo, podemos entender a diferença como tudo aquilo que é construído socialmente e culturalmente pelo indivíduo durante a sua vida social (GOMES, 2007). Com isso, a diversidade existe em diferentes contextos, como por exemplo, na produção de práticas, saberes, valores, na arte, linguagem, ciência, representações e visões de mundo.

Segundo Gomes (2007), é no espaço escolar em que pessoas diversas se encontram. Então, a escola precisa refletir sobre a maneira de lidar com tantas singularidades no cotidiano escolar, no seu currículo e nas suas práticas, porque não há como a escola ser omissa diante a diversidade. Contudo, a integração do currículo e diversidade envolve compreensão de questões políticas, econômicas e sociais, pois falar sobre diversidade é um posicionamento contra as causas da colonização e dominação (GOMES, 2007).

Silva também aponta que:

O texto curricular, entendido aqui de forma ampla - o livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas - está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas (SILVA, 1999, pág. 101-102).

Diante o exposto, é possível afirmar que o currículo pode reafirmar as marcas da herança colonial. Consequentemente, transforma o currículo em um texto racial

pois raça e etnia é uma questão central de poder, conhecimento e identidade (SILVA, 1999). Portanto, Silva (1999) reforça que não se trata apenas de inclusão das diferenças e diversidade no currículo escolar, mas também questioná-las: como esse fato se relaciona com as relações de poder? Como uma identidade se tornou dominante referenciando todas as outras identidades como subordinadas? Quais os mecanismos institucionais que mantêm essa perspectiva subordinada de alguns grupos étnicos e raciais?

Assim, a diversidade no currículo deve ser reflexiva e crítica e não ser reduzida apenas como um tema ou disciplina. A diversidade deve ser um alicerce para a orientação e construção de experiências e práticas pedagógicas.

5. ESCOLA AFRO-BRASILEIRA: UMA POSSIBILIDADE

Afinal, há a possibilidade de uma instituição escolar construir toda a sua base prática a partir da valorização da diversidade étnico-racial?

A educadora e autora Isabel Aparecida dos Santos (2001), destaca a sua experiência na Escola de Educação Infantil *Cielo Azzurro* (Céu Azul) localizada na Itália. Essa escola, conveniada ao governo e pensada por educadores sociais, surgiu em um contexto de movimento xenofóbico crescente na Europa e apostava em uma possibilidade de convivência racial diversa e assegurava que 60% de suas vagas fossem destinadas às crianças de origem não italiana. Mas, não se destacava apenas por isso:

A particularidade da Céu Azul não se restringia ao atendimento de um público diversificado, mas especialmente à metodologia adotada. No dia-a-dia, as crianças tinham a possibilidade de ouvir mais vozes, de conhecer outras histórias, de encontrar semelhanças e diferenças entre as várias culturas (SANTOS, 2001, pág. 110-111).

Uma das metodologias adotadas pela Céu Azul era chamada de Convivência Cultural, na qual semanalmente se aprendia algo sobre um outro país por meio de familiares, que eram convidados a apresentar sobre esse país; contar fábulas e lendas regionais; ensinar jogos e músicas; levavam fotos, vídeos, postais; faziam pratos típicos para que todos pudessem degustar e contavam quais os motivos os levaram a chegar na Itália. Diante disso, a cultura italiana não imperava e não era imposta como superior, mas sim uma cultura que se somava a diversas outras culturas, fazendo com que essas outras culturas saíssem do exótico e do abominável para uma possibilidade de encontro e diálogo (SANTOS, 2001).

Santos ainda relata:

Em certa ocasião, a convite de uma criança mexicana, filha de um amigo, propicie a Convivência Cultural sobre o Brasil. Fiquei impressionada com a curiosidade das crianças (de três a seis anos) que ouviam atentamente e faziam perguntas. Chama a atenção, também, a sala de jogos com vários tipos de bonecas, brinquedos e jogos provenientes de vários países. Destacavam-se as paredes repletas de fotos das crianças e de seus países de origem, dando-lhes a possibilidade de manter suas referências, abrindo-se para uma nova cultura. [...] Percebi ainda com maior evidência o quanto faltava a ser feito em nossas escolas para que as diferenças raciais e culturais fossem incorporadas ao cotidiano escolar. No Brasil, que tem uma história de 500 anos de convivências e conflitos entre diferentes culturas, as culturas negras e indígenas continuavam sendo “mal-tratadas” como culturas estrangeiras na própria terra (SANTOS, 2001, pág. 111).

Já em um contexto brasileiro, localizado em Recife, há o Centro Maria da Conceição, na qual foi desenvolvida uma metodologia de Aprendizagem pela Prática Cultural. Consequentemente, em 1982, esse método pioneiro inseriu na sua grade curricular a História da África e dos Afrodescendentes, destacando as tradições culturais desses povos. Dessa maneira, através da arte-educação, o centro fortalece e empodera a comunidade e cultura afro-brasileira.

Na década dos anos 90, idealizado por Vilma Carijós e Mestre Meia Noite, também surge o Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo. Localizado na cidade do Recife, o centro faz parte da cultura pernambucana como sinônimo de resistência e de negritude. A instituição oferece atividades gratuitas para a população, visando promover o conhecimento da cultura afro-brasileira e trocas de experiências com artistas, ativistas sociais e educadores. Por meio de oficinas de capoeira, dança afro e percussão, Daruê Malungo proporciona o acesso à origem africana, à sua história e sua contribuição para a formação do povo brasileiro e identidade negra.

Então, em 2015 na Península Itapagipana, em Salvador, surge a Escola Comunitária Maria Gregória dos Santos. Inicialmente com turmas de Educação Infantil e buscando atender as crianças dessa região, que são predominantemente negras, através de uma educação pan-africanista que visa promover o resgate da história da África em suas práticas para desenvolver a valorização da cultura e o orgulho do povo negro pela sua história. Assim, pretende potencializar na criança negra a sua formação, a sua autoestima e a sua identidade, além do enfrentamento e resistência ao racismo, desenvolvendo o respeito às diferenças e fortalecendo, em cada criança, competências e habilidades para ter uma vida digna. Por fim, uma

instituição que possui um currículo de lutas pelo direito em que todos possam questionar e superar a exclusão social e a toda forma de preconceito. Além disso, também em Salvador, há a escola comunitária afrocentrada Casarão Encantado. Assim, voltado para crianças, o projeto foca nos estudos dos pilares das bases educacionais com aprendizagem de saberes ancestrais, referenciando pessoas negras e indígenas.

Por outro lado, quase duas décadas após da publicação do trabalho de Santos (2001), surge no Brasil a Escola Maria Felipa, a partir da ideia da mãe e idealizadora do projeto, Bárbara Carine. Assim, refletindo sobre como muitas escolas reproduzem o padrão estético e cultural etnocêntrico, não gostava da ideia de sua filha sofrendo um processo de apagamento intelectual, frequentemente enfrentado por pessoas negras durante o seu processo escolar, que não valorizasse as suas expressões corporais, os seus sons, os seus cabelos, entre outros. A partir disso, pensou em uma escola em que promovesse a autoestima e valorização da ancestralidade, em que o primeiro contato com a história do povo negro e africano não fosse diretamente ligada à escravidão e marginalização do seu povo e sim sobre as histórias das primeiras civilizações do mundo, que foram as africanas. Já que essa escola não foi encontrada, decidiu fazer com que ela existisse.

A Escola Maria Felipa, localizada em Salvador, é uma escola afro-brasileira destinada ao ensino dos conhecimentos clássicos tidos como hegemônicos e, ao mesmo tempo, de resgate e valorização dos conhecimentos ancestrais. Com isso, é uma escola destinada para todas as crianças, pois compreendem que crianças negras e não-negras precisam conhecer a constituição histórica a partir de diferentes perspectivas e compreender também como essa história proporciona às crianças a entenderem que não somos geneticamente superiores ou inferiores por termos um determinado tom de pele, mas que socialmente construímos hierarquizações que precisamos superá-las rumo a uma sociedade justa e igualitária.

Portanto, a Escola Maria Felipa emerge como uma possibilidade, como uma ação educativa que leva à libertação (FREIRE, 2019) de todos os educadores, de todos os estudantes e crianças, de todos os negros e não negros e de todas as formas de preconceito e discriminação..

METODOLOGIA

A seguinte pesquisa seguirá uma abordagem de cunho qualitativo, que de acordo com Minayo (1992, pág. 22), *“aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e captável em equações, médias e estatísticas.”* Diante disso, nos aproximamos do campo de pesquisa, Escola Maria Felipa, por meio de uma análise documental, que segundo Cellard (2008, pág. 303) é o *“momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave”*.

Dessa maneira, primeiramente, pretende-se realizar a análise do Projeto Político Pedagógico da escola e das práticas pedagógicas propostas para o segmento da Educação Infantil. Assim, buscando compreender os princípios educativos adotados pela instituição em seu PPP para a promoção de uma Educação Antirracista desde a primeira infância e em que medida se alinham com os princípios propostos na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Político Pedagógico (PPP), assegurado pela LDB (1996), é fundamental para que o processo administrativo-educacional seja efetivo nas instituições de ensino, e mostre qual o norteamiento da educação e responsabilidade social assumidas. Dessa maneira, é possível afirmar que:

O projeto político-pedagógico, como proposta, deve constituir-se em tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação pedagógica, orientação educacional). A esses cabe o papel de liderar o processo de construção, execução e avaliação desse projeto pedagógico (VEIGA, 2009, pág. 16).

Como também, esclarecer a intencionalidade e organização do planejamento:

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola (VEIGA, 2004, pág. 2).

Diante disso, o Projeto Político Pedagógico (2020) da Escola Maria Felipa emerge como uma necessidade de uma educação que valoriza a identidade negra,

a ancestralidade afro-brasileira e os saberes dos povos originários¹. A escola, que carrega em seu nome a inspiradora Maria Felipa, figura negra de extrema importância na luta pela independência baiana, propõe uma educação antirracista, decolonial e inclusiva. Portanto, cria um espaço no qual todas as crianças de diferentes raças, etnias e origem social possam se desenvolver plenamente.

Dessa maneira, a escola adota uma abordagem curricular através de uma perspectiva decolonial, visando romper a hegemonia eurocêntrica presente na educação tradicional. Hegemonia essa que, de acordo com Quijano (2005), significou uma nova maneira de legitimar as antigas ideias e práticas de relações de superioridade e inferioridade entre as classes dominantes e dominadas, enfatizando ainda mais hierarquias de conhecimento e desvalorização dos saberes não ocidentais. Portanto, a Escola Maria Felipa desafia essa estrutura predominante ao legitimar conhecimentos africanos, afro-brasileiros e indígenas:

Propomos uma escola infantil afro-brasileira, pois compreendemos que grande parte da nossa origem ancestral reside na diáspora africana para as 8 Américas. Um episódio macabro e doloroso da história universal, mas que precisa ser recordado e analisado para compreendermos a condição atual da população negra no Brasil. Não se trata apenas de fazer memória e menção honrosa às nossas e aos nossos ancestrais, mas trata-se de compreendermos de onde viemos para entendermos aquilo que somos e articularmos os passos de para onde queremos ir (PPP, 2020, pág. 7-8).

Assim, para a Escola Maria Felipa, ser afro-brasileira significa valorizar a cultura afro-brasileira a partir de um reconhecimento dela com a mesma significância histórica da cultura eurocêntrica. Também significa a socialização das histórias, das produções culturais e intelectuais dos povos em diáspora. Por fim, significa pensar em uma escola que problematiza e reflete desde cedo sobre as questões raciais visando combater, através da educação, o racismo estrutural impregnado em nossa sociedade.

Nesse sentido, a escola possui uma proposta pedagógica que se aproxima da perspectiva de Freire (2019), que defende uma educação crítica e libertadora. Assim, a Escola Maria Felipa busca resgatar e legitimar saberes marginalizados, promovendo o protagonismo das crianças negras e oferecendo referências positivas de identidade. Dessa forma, a escola tem como objetivo:

Promover uma educação escolar infantil pautada na socialização igualitária dos saberes sistemáticos, hegemônicos e contra-hegemônicos, visando criar as bases da alfabetização e

¹ Povos que já habitavam as terras antes da colonização. No caso do Brasil, os indígenas.

letramento bilíngue em inglês e português de crianças que serão futuros adultos críticos, dispostos a atuarem na sociedade construindo um projeto histórico decolonial, coletivo e igualitário (PPP, 2020, pág. 12).

Além disso, alinhado ao seu objetivo, também possui como valor:

Valorizar a educação e as diferentes bases constitutivas da nossa cultura, nossos costumes e tradições que norteiam nossas vidas, proporcionando às educandas e aos educandos o direito à proteção, ao desenvolvimento de autoestima, ao reconhecimento de suas diferentes bases civilizatórias, à saúde, à confiança, ao respeito, à liberdade, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com o meio físico e social (PPP, 2020, pág. 22-23).

E também como missão:

Contribuir na formação humana por meio do complexo social escolar, lutando contra toda forma de colonialidade, de opressão e desvalorização social pautada em premissas discriminatórias de base racial, religiosa, de gênero, sexual, de classe e de deficiência (PPP, 2020, pág. 22-23).

É possível perceber que, para a escola, a relação entre educação e relações étnico-raciais é essencial para o combate ao racismo estrutural, construção de identidade positiva e formação de seres críticos. Diante disso, é perceptível que a Escola Maria Felipa assume o Princípio da Consciência Política e Histórica da Diversidade exposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, pois toda a sua construção de abordagem curricular, proposta pedagógica e objetivo há a valorização da história dos povos africanos e da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira; há a promoção de superação da indiferença, injustiça e desqualificação com que os negros, os povos indígenas e também as classes populares às quais os negros, no geral, pertencem, são comumente tratados; busca também a desconstrução, por meio de questionamentos e análises críticas, objetivando eliminar conceitos, ideias, comportamentos veiculados pela ideologia do branqueamento e pelo mito da democracia racial; e, por fim, existe o diálogo, via fundamental para entendimento entre diferentes, com a finalidade de negociações, tendo em vista objetivos comuns, visando a uma sociedade justa (BRASIL, 2004). Assim, a escola possui como sua visão de futuro:

Visamos ser um centro de referência educacional na Bahia e fora dela a partir de uma premissa da educação decolonial, que respeite e valorize quem nós somos nas múltiplas significâncias do nosso ser. Além disso, buscamos oferecer uma educação de qualidade para nossas crianças não as discriminando por aspectos quaisquer (PPP, 2020, pág. 22).

Dessa maneira, a instituição implementa a Lei 10.639/03 de maneira transversal alinhado com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), garantindo que esses temas sejam abordados ao longo do currículo escolar, crítico e emancipatório, valorizando o papel da população negra na construção do Brasil enquanto sociedade e a diversidade cultural brasileira. Diante o exposto, o Projeto Político Pedagógico também precisa ser construído e atualizado de maneira coletiva e democrática, portanto a escola garante a participação da direção, coordenação, professores, famílias e comunidade escolar. Essa construção coletiva, segundo Veiga (2004), é essencial para refletir os anseios da comunidade escolar e possibilitar um ensino democrático e participativo.

Logo, a instituição ainda se aproxima do Princípio do Fortalecimento de Identidades e Direitos presente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, pois busca romper com imagens negativas forjadas por diferentes meios de comunicação contra a população negra e indígena e promove uma ampliação do acesso às informações sobre a diversidade da sociedade brasileira (BRASIL, 2004).

Além disso, a Escola Maria Felipa possui como perspectiva de Educação Infantil e de ensino baseada na Pedagogia Histórico-Crítica, reconhecendo que ela possui muito a nos ensinar tanto nos conhecimentos tidos como clássicos como no papel da escola na sociedade e no papel da relação professor-estudante no processo de ensino e aprendizagem. Assim, a escola propõe o que é apresentado por Saviani (2008), uma metodologia para a Pedagogia Histórico-Crítica que leve em consideração a práxis. Portanto, para nortear o trabalho pedagógico, a escola baseia-se nos cinco passos propostos por Saviani (2008): prática social, problematização, instrumentalização, catarse e prática social. Considerando que são categorias teóricas gerais que podem ser tratados como momentos de sala de aula mas não apenas reduzidos a isso (PPP, 2020, pág. 36). Dessa forma, a instituição, em síntese, considera:

[...] que os cinco passos não são estanques, independentes e situados dentro de uma perspectiva necessariamente cronológica. Os referidos passos norteiam metodologicamente a análise das funções sociais da escola, de modo a superar em muito uma sequencição de momentos de ensino. [...] Julgamos a nossa escola crítico-decolonial por articularmos teorias aparentemente distantes, de paradigmas distintos, objetivando pensar uma educação infantil que garanta o acesso crítico aos conhecimentos clássicos historicamente produzidos pela

humanidade, tendo isso articulado a importância do outro enquanto outro, a sua diversidade como um critério educativo de respeito e equidade social (PPP, 2020, pág. 41-42).

Sendo assim, a escola considera o desenvolvimento infantil como um processo histórico e social, propiciando a aprendizagem por meio de experiências, ludicidade, interações sociais e atividades práticas com o objetivo de proporcionar às crianças um ambiente enriquecedor, plural e diverso.

A Escola Maria Felipa possui turmas da Educação Infantil que iniciam do Grupo II ao Grupo V, com opções de turno integral ou vespertino. Na parte da manhã as crianças tem atividades direcionadas que promovem brincadeiras, jogos, leituras, desenhos, filmes, cantos, pintura e produções de portfólios. Na parte da tarde, as crianças desempenham atividades seriadas de acordo com o grupo/série em articulação com os campos de experiências presentes na BNCC. Além disso, as atividades desenvolvidas são realizadas em português e inglês. Aqui, o ensino bilíngue é justificado pela escola como forma de as crianças terem acesso a instrumentos de dominação, não como maneira de também tornarem-se dominantes, mas sim como um caminho de acessar e ocupar espaços sociais que foram constantemente negados além de oferecer condições de paridade social e acesso às origens, tendo em vista que a maior parte do material literário disponível sobre a cultura africana e afro-diaspórica são mais facilmente encontrados na língua inglesa.

Ademais, visando a releitura das linhas históricas da humanidade e resgatando grandes referências do povo negro e africano de modo positivo, cada grupo é nomeado por um Reino/Império Africano ou Ameríndio que será aprofundado durante o decorrer do ano letivo e socializado ao final do ciclo, em uma Feira Literária. Dessa forma, organiza-se da seguinte forma:

- **Grupo II:** Império Inca;
- **Grupo III:** Reino de Daomé;
- **Grupo IV:** Império Maia;
- **Grupo V:** Império Ashanti.

Nas turmas do Ensino Fundamental também seguem com a mesma proposta contemplando o Reino Mali, Reino dos Povos Tupinambás, Quilombo dos Palmares, Povos Yanomami, Reino do Benim e Império Kush.

As turmas do Grupo II e Grupo III possuem uma capacidade máxima de 15 crianças, Grupo IV 18 crianças, Grupo V 16 crianças e o turno integral 30 crianças

entre 2 a 5 anos. Cada grupo/série é acompanhada por 1 professor ou professora e 1 auxiliar de professor, com exceção do Grupo II que possui 2 auxiliares de sala. Além disso, são ofertadas bolsas de estudos dentro das vagas disponíveis por turma, sendo 2 bolsistas para cada turma de Grupo II, Grupo III e Grupo IV e 4 bolsistas para o Grupo V. As vagas de bolsistas são ocupadas por crianças negras que se encontram em vulnerabilidade social com renda familiar de até um salário mínimo e meio, sendo realizadas novas matrículas de bolsistas sempre que houver disponibilidade de vagas.

Diante o exposto, a rotina escolar contempla diversas atividades e momentos que envolvem o cuidado, brincadeiras, aprendizagens de modo integral e desenvolvimento crítico da realidade social de acordo com a metodologia baseada por Saviani (2008) e adotada pela escola (PPP, 2020), funcionando da seguinte maneira:

1. **Prática Social:** apresentação e diálogo sobre os objetivos, tópicos e subtópicos da unidade que será estudada; estimular as crianças a apontar os seus conhecimentos prévios sobre o assunto e o que gostariam de saber mais sobre o tema; esse momento pode ser feito no início da unidade temática e retomada especificamente a cada aula conforme o conteúdo ou a cada aula quando o educador especifica o que será trabalhado naquele dia.
2. **Problematização:** identificar os principais problemas postos pela prática e pelo conhecimento curricular, seguindo-se uma discussão sobre eles, a partir daquilo que as crianças já sabem; explicar para as crianças que o conhecimento delas é importante, mas que também precisa ser ampliado por meio de novas perspectivas e saberes.
3. **Instrumentalização:** é a apresentação sistematizada dos novos conhecimentos a serem trabalhados com as crianças, o relacionando com o cotidiano e respondendo as perguntas das diversas dimensões propostas. É o momento de apropriação do conhecimento através da mediação do educador, que se pauta no currículo crítico-decolonial alinhado com os campos de experiência da BNCC.
4. **Catarse:** síntese de aprendizagem das crianças, de quais conhecimentos foram apropriados e quais habilidades alcançaram expressadas através de um processo avaliativo.

5. **Prática Social:** é a manifestação da nova atitude prática das crianças em relação às potencialidades desenvolvidas ao conteúdo aprendido, bem como do compromisso em pôr em execução o novo conhecimento. É a fase das intenções e propostas de ações das crianças por meio de projetos.

Logo, reconhecendo as especificidades das diferentes faixas etárias dentro da Educação Infantil, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são organizados por grupos de crianças de acordo com a sua idade. Porém, esses objetivos precisam ser flexíveis tendo em vista que cada criança possui um ritmo de aprendizagem que precisa ser considerado na prática pedagógica. Portanto, a estrutura curricular de objetivos de aprendizagem pensada por faixa etária visando uma sistematização das propostas pedagógicas e o desenvolvimento infantil, é baseado na Base Nacional Curricular Comum (2017) a partir dos determinados campos de experiência:

- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações;
- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação.

Além dos Campos de Experiências assumidos pela BNCC, a Escola Maria Felipa estruturou o seu ano letivo em dois eixos, sendo eles:

1. **África: o velho mundo (1º semestre)** - nesse eixo, busca-se a desconstrução de uma África baseada no escravismo, subserviência e desumanização por meio de projetos que apresentem as mitologias africanas sobre o surgimento do mundo e do ser humano, sobre as primeiras civilizações e as suas produções culturais/intelectuais visando mostrar às crianças o continente africano como o berço da humanidade. Propostas de subprojetos: Mitologias Africanas de Criação do Mundo e Reinos Africanos (Mali, Gana, Kush, Kemet e reinos anteriores a escravidão nas Américas).
2. **Hoje Brasil, ontem Pindorama (2º semestre)** - nesse eixo, busca-se deslocar a narrativa do descobrimento do Brasil pela perspectiva europeia, apresentando a existência dos povos originários antes da chegada dos portugueses. Logo, tem como objetivo dialogar sobre a cultura desses povos originários de modo não estigmatizado. Propostas de subprojetos: Quem são

os povos indígenas da Bahia? e Conhecimentos Ameríndios que Estão no Nosso Dia a Dia.

Além disso, a escola também possui como um projeto a criação de uma biblioteca montada por cada grupo/série a partir de uma lista de sugestões de literatura. A lista é idealizada para uma diversidade cultural, havendo histórias clássicas, mas também histórias pautadas na pluralidade e diversidade presente na sociedade.

QUADRO Nº1 - LITERATURA ESCOLAR SUGERIDA (ESCOLA MARIA FELIPA)

Título	Autor(a)
Adumbi	Mel Adum
Calu: uma menina cheias de histórias	Cássia Valle e Luciana Palmeira
As tranças de minha mãe	Ana Fátima
Qual é a cor do amor?	Linda Sthachan e David Wojtowycz
As mulheres Abayomi	Adilson Passos
Nosso amigo Bentinho	Ruth Rocha
Os Nove pentes D'África	Cidinha da Silva
Bucala: a pequena Princesa do quilombo do Cabula	Davi Nunes
Betina	Nilma Lino Gomes
Cada um com seu jeito, cada jeito é de um	Lucimar Rosa Dias
O que há de África em nós	Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho
Pequenos contos negros	Blaise Cendrars
My first Yoruba dictionary: colour and learn (Yoruba edition)	Kasahorow
Yoruba bilingual children's picture dictionary	Não informado
Menina não entra	Telma Guimarães Castro Andrade
Olívia tem dois papais	Márcia Leite
O Fado Padrinho, o Bruxo Afilhado e Outras Coisinhas Mais	Anna Claudia Ramos

Olivia Não Quer Ser Princesa	Ian Falcone
Que cor é minha cor?	Martha Rodrigues
O que são classes sociais?	Equipo Plantel
Menino Poti	Ana Maria Machado e Claudios
As tranças de Bintou	Sylviane Anna Diouf
Meu crespo é de rainha	Bell Hooks
A cor da ternura	Geni Guimarães
Na minha escola todo mundo é igual	Rossana Ramos
Para educar crianças feministas	Chimamanda Ngozi Adiche
Oxumarê O Arco-Íris	Reginaldo Prandi
Orum Ayê. Um Mito Africano da Criação	Raimundo Matos de Leão
Omo-Obà: histórias de princesas	Kiusam de Oliveira
Aimó: uma viagem pelo mundo dos orixás	Reginaldo Prandi
Aldeias, palavras e mundos indígenas	Valéria Macedo
Artes Indígenas	Alberto Martins e Glória Kok
Pequenas Guerreiras	Yaguarê Yamã
A Galinha Conquém	Vanda Machado
É Tudo Família	Alexandra Maxeiner e Anke Kurl
O capital para crianças	Joan Riviera
Os Três Porquinhos	Não informado
Chapeuzinho Vermelho	Não informado
Pinóquio	Não informado
Alice no País das Maravilhas	Não informado

Fonte: PPP (2020).

A proposta é que cada criança leve para escola 3 livros da lista de literatura escolar sugerida para contribuir na construção da biblioteca da sala, que ficarão sob posse da escola durante o ano letivo. Durante o ano letivo, toda criança poderá escolher um livro para levar para casa e realizar a leitura com a família e, além

disso, todo mês uma ou duas famílias serão convidadas para realizar uma leitura em sala de aula de um dos livros para as crianças. Por fim, ao final do ano letivo, é realizado um Festival Literário aberto para a comunidade escolar e crianças externas, no qual é feito um momento de doação desses livros da biblioteca para essas crianças.

Outro ponto importante destacado no Projeto Político Pedagógico da Escola Maria Felipa é o processo avaliativo:

É por meio da avaliação que mensuramos se o papel social da escola de socialização dos saberes, visando a formação crítico emancipatória dos sujeitos está sendo cumprido. Neste sentido, concebemos a avaliação como um instrumento do ato educativo que visa rever os procedimentos utilizados e replanejar o trabalho, percebendo assim os avanços e as dificuldades no processo de apropriação do conhecimento pela educanda e pelo educando (PPP, 2020, pág. 45).

Diante o exposto, a escola baseia-se em Luckesi (2002) e adota uma avaliação processual, diagnóstica e contínua. Dentre os instrumentos avaliativos, se destacam a observação contínua do desenvolvimento da criança e de seus conhecimentos prévios (avaliação diagnóstica), o registro de interações e atividades através do Diário de Classe (avaliação formativa), portfólios documentando a evolução de aprendizagem (avaliação somativa) de cada criança e relatos dos familiares sobre o progresso da criança. Assim, as avaliações são apresentadas às famílias de maneira coletiva, individual e através dos relatórios socioemocionais ao final de cada semestre. Ademais, a biblioteca da escola ainda é composta por outras obras que representam os diversos personagens negros e indígenas de maneira positiva, incentivando a autoestima e a diversidade na literatura infantil.

A Escola Maria Felipa também promove uma série de atividades culturais com o objetivo de fortalecer ainda mais a identidade das crianças e ampliar o seu repertório cultural. Dentre elas, podemos destacar: musicalização afro-brasileira e indígena; dança afro e capoeira como expressões culturais e educativas; teatro e contação de histórias sobre a diáspora africana e os povos originários; oficina de jogos africanos, arte e bonecas Abayomi, entre outros. Para somar essas atividades culturais, a instituição também promove diversos projetos, como:

Em conjunto com a Educação Infantil/Ensino Fundamental:

- Mariscada: Mostra Artístico-Cultural Decolonial;
- Formatura no Quilombo;
- Aulas de Campo Afrocentrados;

- EMF Convida: Desconstruindo mitos sobre intelectualidade negra e indígena;
- Culinária Afetiva: mingau de Nanã, feijoada de Ogum, Festa das Águas, entre outros.

E para além dos muros da escola:

- Afroeducativa: formações pedagógicas para as relações étnico-raciais;
- Afrovivência: vivência pedagógica de educadores e educadoras acompanhando a nossa rotina;
- Decolônia de Férias;
- EMF na rota Afrofuturística em Salvador.

Elencado a todo em toda a sua essência, a escola também possui um compromisso com a educação inclusiva e garante que crianças com deficiência, TEA ou outras necessidades educativas terão adaptações pedagógicas e olhar individualizado para atender todas as suas especificidades, proporcionando um espaço acessível para todos.

Diante o exposto também é possível perceber como a escola se aproxima do Princípio das Ações Educativas de Combate ao Racismo e às Discriminações descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, pois em sua estrutura há uma conexão dos objetivos, das estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade; promove também condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças; também valoriza a oralidade, a corporeidade e a arte, como a dança e marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita e da leitura; proporciona um aprendizado a partir do patrimônio cultural afro-brasileiro, visando a preservá-lo e a difundi-lo; e, por fim, possibilita a participação de diferentes grupos e da comunidade em que se insere a escola, sob a coordenação dos professores, na elaboração de projetos político-pedagógicos que contemplem a diversidade étnico-racial (BRASIL, 2004).

Apesar de tudo, a escola possui uma política de acesso mais excludente para pesquisadores de educação. Quando solicitada uma visita ao campo para conhecer ainda mais de perto tudo que foi discutido nesse trabalho funcionando no chão da

escola e poder ter uma troca mais próxima com os educadores, nos deparamos com um espaço em que demonstrava não estar interessado em nos receber, como explicitado pela própria instituição por meio de seu e-mail oficial:

Bom dia!

É possível realizar o agendamento através do site da escola. Na oportunidade teremos uma visita guiada pela escola e um momento de consultoria com a diretora. Pedimos um valor simbólico de R\$50,00 por pessoa.

Quanto à observação dos educandos e diálogo com os professores ainda não é possível definirmos um momento para tal.

Ademais, seguimos à disposição.

Houve inúmeras tentativas, sem sucesso, de ir à escola e, mesmo enviando um documento oficial que comprovasse a intencionalidade da visita ao campo, a escola seguiu apresentando o mesmo padrão de respostas. Além disso, cobrar um valor simbólico para estudantes, em formação, com interesse em desenvolver pesquisa acadêmica sobre o trabalho realizado pela escola é, no mínimo, algo a ser repensado, pois nem todos os estudantes negros, de baixa renda e bolsistas de uma universidade pública poderiam arcar com isso para apenas entrar na Escola Maria Felipa.

Por fim, o PPP da Escola Maria Felipa conclui-se como um documento inconclusivo, pois a escola o enxerga como um caminho para novos caminhos que podem levar a diferentes rumos, mas nunca levando as crianças para o caminho da subjugação, hierarquização humana e desvalorização da vida.

A finalidade da nossa escola, 'nossa' porque ela é de todas e todos que sonharam este sonho junto conosco e até mesmo muito antes de nós, é educar 65 nossas crianças para o desenvolvimento cognitivo e social valorizando e reconhecendo suas diferentes matrizes civilizatórias e reconhecendo que é a diversidade de quem somos que constrói as riquezas materiais e imateriais do nosso povo, desenvolvendo sempre o respeito às diferenças desde que estas não nos inferiorizem, mas valorizem e potencializem a composição plural do nosso coletivo (PPP, 2020, pág. 64-65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que a Escola Maria Felipa desempenha um papel fundamental e de abrilhantar os olhos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e ao longo deste trabalho foi possível observar como ela tem se empenhado na valorização da diversidade étnico-racial e na promoção de uma Educação Antirracista de maneira efetiva.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos apresenta três princípios fundamentais que determinam esse ensino: Consciência Política e Histórica da Diversidade, Fortalecimento de Identidades e de Direitos, Ações Educativas de Combate ao Racismo as Discriminações (BRASIL, 2004). A partir disso, a instituição contempla o Princípio da Consciência Política e Histórica da Diversidade ao incorporar elementos da cultura afro-brasileira e indígena em todas as suas atividades pedagógicas, promovendo assim a valorização da história dos povos africanos e sua contribuição para a identidade étnico-racial e para a sociedade brasileira.

Já no que diz respeito ao Princípio do Fortalecimento de Identidades e dos Direitos, a escola se demonstra firme no combate às representações negativas e à privação de direitos de grupos historicamente marginalizados nos processos históricos da humanidade (BRASIL, 2004). Por fim, ao pensarmos no Princípio das Ações Educativas de Combate ao Racismo e às Discriminações, a Escola Maria Felipa promove iniciativas pedagógicas que valorizam a experiência dos educandos e incentivam, em suas atividades diárias, a crítica sobre representações estereotipadas (BRASIL, 2004).

Por outro lado, apesar de toda importância de uma proposta inovadora e encantadora de Educação Antirracista e valorização da cultura africana e afro-brasileira, é impossível desconsiderar o fato da inacessibilidade da escola em relação à abertura de portas para receber pesquisadores. Para além de tudo discutido no decorrer desse trabalho, havia o desejo de estar dentro da escola, observar de perto a rotina acontecendo, as atividades e projetos sendo desenvolvidos diretamente com as crianças e dialogar com os educadores que fazem esse trabalho diariamente para conhecer ainda mais das suas perspectivas e visões do fazer pedagógico. Contudo, nos deparamos com uma escola com retornos robotizados, incerta sobre disponibilidade para nos receber e solicitando pagamento de um valor simbólico para uma visita guiada aos espaços da escola. Ora, se a visão da escola é ser referência em educação decolonial em seu estado e fora dele, por que impossibilita o acesso de pesquisadores da educação para ter um olhar de dentro, para poder levar mundo a fora?

Por fim, a Escola Maria Felipa apresenta seu trabalho contínuo na implementação de uma Educação Antirracista na Educação Infantil seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino da História e Cultura Africana e

Afro-Brasileira. Para que o fazer pedagógico desenvolvido na escola continue sendo bem sucedido é necessário um compromisso contínuo para que essas visões continuem sendo estruturadas de maneira sistemática e efetiva. Assim, a escola se consolidará ainda mais como um espaço verdadeiramente democrático, em que a diversidade e as relações étnico-raciais são reconhecidas, refletidas e promovidas como um valor essencial para a educação e para a sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Lei de obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 14 de junho de 2024.

CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. 6º ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 295-316, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 84º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça**: o trato pedagógico da diversidade. Porto Alegre: VII Seminário Internacional de Reestruturação Curricular, 2000.

GOMES, Nilma Lino (org.). **Indagações sobre currículo**: diversidade e currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko. PINAZZA, Mônica. Froebel: uma pedagogia do brincar para infância In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia (org.). **Pedagogia(s) da Infância**: Dialogando com o Passado, Construindo o Futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

KRAMER, Sonia. **O papel social da educação infantil**. Revista Textos do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, 1999.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 8º ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 20º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NUNES, Míghian. **Educação Antirracista para crianças pequenas: ideias para começar um novo mundo**. Florianópolis: Zero-a-Seis, v. 23, n. Especial, p. 58-76, 2021.

PPP – **Projeto Político Pedagógico**. Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, 2020.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. 6º ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível coletiva**. São Paulo: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico e a gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade**. Brasília: Revista Retratos da Escola, v. 3, n. 4, p. 163-171, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.